



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I - CAMPINA GRANDE
CENTRO DE EDUCAÇÃO - CEDUC
CURSO DE PEDAGOGIA**

MARIA ISABEL DA SILVA BEZERRA

**CONCEPÇÕES E PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL: PERSPECTIVAS DE
DOCENTES DE INSTITUIÇÕES PÚBLICAS**

**CAMPINA GRANDE-PB
2018**

MARIA ISABEL DA SILVA BEZERRA

**CONCEPÇÕES E PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL: PERSPECTIVAS DE
DOCENTES DE INSTITUIÇÕES PÚBLICAS**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
apresentado ao departamento de
Pedagogia da Universidade Estadual da
Paraíba, como requisito à obtenção do
título de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Dra. Glória Maria
Leitão de Souza Melo.

**CAMPINA GRANDE-PB
2018**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

B574c Bezerra, Maria Isabel da Silva.
Concepções e práticas de educação infantil [manuscrito] :
perspectivas de docentes de instituições públicas / Maria
Isabel da Silva Bezerra. - 2018.
37 p. : il. colorido.
Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em
Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de
Educação, 2018.
"Orientação : Profa. Dra. Glória Maria Leitão de Souza
Melo, Coordenação do Curso de Pedagogia - CEDUC."
1. Educação infantil. 2. Prática curricular. 3. Prática
pedagógica. 4. Docência. I. Título

21. ed. CDD 372

MARIA ISABEL DA SILVA BEZERRÁ

**CONCEPÇÕES E PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL: PERSPECTIVAS DE
DOCENTES DE INSTITUIÇÕES PÚBLICAS**

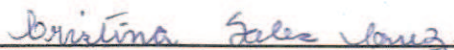
Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
apresentado ao departamento de
Pedagogia da Universidade Estadual da
Paraíba, como requisito à obtenção do
título de Licenciada em Pedagogia.

Aprovada em: 05/12/2018.

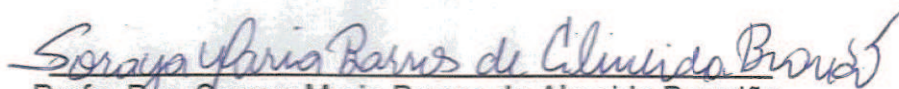
BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra: Glória Maria Leitão de Souza Melo
(Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profa. Me. Cristina Sales Cruz
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profa. Dra. Soraya Maria Barros de Almeida Brandão
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

À minha mãe, por todo apoio, ajuda e
companheirismo durante todo esse
percurso, e por ter sido ponte para que eu
pudesse chegar até aqui, DEDICO.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus, pois TUDO é d'Ele, por Ele, para Ele e para a glória d'Ele!

Ao meu pai, João Galdino Bezerra (*in memorian*), que mesmo não estando mais conosco, sei que estará orgulhoso por essa conquista que não é apenas minha.

Ao meu esposo, por estar sempre ao meu lado, em todos os momentos, por nunca ter permitido que me faltasse nada durante toda esta caminhada, que hoje se encerra, com grande louvor. E com o fruto do nosso amor e companheirismo já em meu ventre.

À minha mãe, minha rainha e fortaleza, que esteve comigo durante todo este percurso, nos momentos mais difíceis, nos quais pensei em fraquejar, ela me amparou e me deu forças para continuar. Por toda a ajuda financeira que nunca deixou faltar. Essa vitória é nossa.

Às minhas irmãs, por todo apoio e ajuda, seja de forma direta ou indireta, mas sempre estivemos e estaremos juntas. Paulinha, obrigada por todas as digitações durante estes 5 anos e 2 meses.

Aos demais familiares que sempre torceram para que esse momento chegasse, sempre com palavras de apoio e incentivo. Ao meu tio José Maria Silva, por ter sido inspiração para mim, por toda ajuda concedida nesta reta final. À minha sogra, por toda ajuda em todo o tempo de graduação.

Às minhas amigas, que considero as melhores que poderiam existir, seres de luz que estiveram comigo em todos os momentos durante este longo período, sempre ajudando, incentivando e motivando, enxugando as lágrimas quando elas insistiam em cair.

À minha estimada orientadora, por todo apoio, ajuda e dedicação na elaboração deste trabalho, que mesmo estando passando por um momento difícil, nunca deixou de ajudar e responder nossas mensagens de socorro. A você, Glória, todo meu agradecimento.

À banca examinadora, pela disponibilidade em estar presente em minha defesa e por todas as contribuições científicas que me proporcionaram. A todos, meus sinceros agradecimentos.

“Consagre ao Senhor tudo o que você faz,
e os seus planos serão bem-sucedidos”.
Provérbios 16:3

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2. EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL: CONTEXTO HISTÓRICO	10
3. DOCUMENTOS OFICIAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL	16
3.1 REFERENCIAL CURRICULAR PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL (RCNEI)	17
3.2 AS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL (DCNEI)	19
3.3 PRÁTICAS COTIDIANAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	20
3.4 BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR - BNCC.....	21
4. PERSPECTIVAS E PRÁTICAS DE DOCENTES DE INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL: ANÁLISES E RESULTADOS	22
5 CONCLUSÃO	32
REFERÊNCIAS	35
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO	37

CONCEPÇÕES E PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL: PERSPECTIVAS DE DOCENTES DE INSTITUIÇÕES PÚBLICAS

BEZERRA, Maria Isabel da Silva¹

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo discutir sobre as práticas curriculares e pedagógicas na Educação Infantil, a partir de concepções e experiências de docentes que atuam neste nível de educação, na esfera pública de ensino. Como fundamento para análises realizadas, a partir da escuta a essas docentes, o estudo apresenta uma breve abordagem histórica da Educação Infantil, através de estudos realizados por Kulmann (2001), Oliveira (2014), Oliveira (2005), Souza (2000), dentre outros, e de documentos, difundidos pelo Ministério da Educação, que servem de orientação a essas práticas, a exemplo de BRASIL (1996; 1998; 2009). A Educação Infantil, considerada etapa básica do processo de educação escolar, cumpre um papel social e político efetivo, e é considerada a entrada de crianças, de até 05 anos de idade, no universo escolar. O é considerado quali-quantitativo, que envolveu quinze (15) professoras que atuam na rede pública do município de Queimadas – PB. Os dados foram coletados através de um questionário, com questões abertas. Eles evidenciam, dentre outros, as práticas curriculares e concepções sobre a Educação Infantil dos docentes deste município, apontando que todos consideram este nível como a fase mais importante para a educação e que suas práticas tem que ter o brincar como atividade que possibilite o desenvolvimento e aprendizagem. Concluímos que cada criança é um sujeito único e que é preciso que cada professor conheça suas particularidades para que seja possível proporcionar uma aprendizagem significativa e igualitária para todos.

Palavras-chave: Concepções de Docentes. Educação Infantil. Práticas Pedagógicas e Curriculares.

¹ Aluno de Graduação do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba – Campus I. Email: isabelsillva.11@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Este estudo tem como objetivo principal discutir sobre as práticas curriculares e pedagógicas, na Educação Infantil, desde seu principio no Brasil até os dias atuais a partir de concepções e experiências de docentes que atuam neste nível de educação, na esfera pública de ensino.

Assim sendo, acreditamos que o trabalho aborda uma temática importante para a educação de crianças de até 5 anos de idade, bem como para profissionais que com elas atuam: as práticas curriculares para Educação Infantil. Sendo a Educação Infantil a base fundamental para a educação e demais níveis de educação, o estudo contempla práticas voltadas e apropriadas para crianças pequenas, que proporcionem a elas aprendizagens significativas orientadas por documentos oficiais direcionados para este nível de educação.

Estudar e pesquisar acerca desse tema foram uma necessidade que surgiu diante de algumas práticas educativas que são sugeridas pela rede municipal de ensino. É notório que alguns professores desconhecem o contexto histórico da Educação Infantil, os documentos legais e as práticas curriculares essenciais para a Educação Infantil. Talvez seja possível que alguns professores nem conheçam os instrumentos legais para a educação infantil, e quais práticas seriam adequadas para as suas práticas cotidianas.

Baseados nos estudos de OLIVEIRA (2005) e (2014) esta área da educação vêm passando por longos períodos de orientações, que podem constantemente inovar e aperfeiçoar as práticas vividas por nossas crianças nas creches.

O trabalho caracteriza-se como uma pesquisa quali-quantitativa, com essa pesquisa foi possível a coleta de dados e ao mesmo tempo pudemos especular quais as causas dos resultados, como afirma DESLANDES “o conjunto de dados qualitativo-quantitativos , porém não se opõem. Ao contrário se complementam” (1994, p.22)

O instrumento para a coleta foi um questionário, que continha 6 perguntas abertas voltadas para práticas pedagógicas e curriculares para Educação Infantil. Com esse tipo de coleta é possível que façamos um diálogo com a situação presente e também como diz Minayo “nos permite ultrapassar a simples descoberta para, através da criatividade, produzir conhecimento” (2001, p.19).

Para a obtenção dos dados, fomos a duas creches no município de Queimadas- PB, durante o período de 17\10\2018 a 24\10\2018 onde pudemos contar com a colaboração de quinze (15) professoras destas instituições. Poderíamos ter tido um número maior de respondentes, porém algumas professoras se negaram a responder. Os dados obtidos serão expostos em forma de gráficos.

Para uma melhor compreensão este estudo está estruturado em três itens. No primeiro iremos discorrer sobre Educação Infantil no Brasil: contexto histórico do modo como ela era tratada e vivida nas instituições que ofereciam esta modalidade, sua evolução no decorrer das décadas, suas práticas cotidianas, até chegarmos aos dias atuais verificando suas transformações e modificações.

No segundo item, observamos os Documentos Oficiais da Educação Infantil, depois de todo o contexto histórico pelo qual a Educação Infantil percorreu, finalmente diante da Constituição Federal de 1988, que causou grandes impactos neste nível de educação Infantil, surgindo outros documentos legais para nortear e embasar as práticas educativas, entre eles o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (RCNEI), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), Práticas Cotidianas na Educação Infantil: bases para a reflexão sobre orientações Curriculares e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Definindo as orientações curriculares em cada um deles.

No terceiro item iremos analisar e discutir os resultados, diante dos dados que foram obtidos através do questionário aplicado para as professoras das creches da rede municipal de ensino de Queimadas- Paraíba.

Resta-nos o convite à leitura, e ao diálogo acerca de práticas pedagógicas e curriculares da Educação Infantil.

2. EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL: CONTEXTO HISTÓRICO

Neste item iremos discorrer acerca do processo histórico pelo qual passou a Educação Infantil no Brasil, verificando como ela era vivenciada nos espaços que eram concedidos para a sua prática. No final deste estudo faremos uma reflexão com o intuito de demonstrar os avanços de acordo com a realidade que estamos ou bem como observar alguns sinais de retrocesso.

No Brasil, a Educação Infantil é considerada um tipo de atendimento relativamente novo, oficialmente reconhecido nas décadas finais do século passado. Nem sempre as crianças de 0 a 05 anos de idade foram vistas como sujeitos com particularidades que necessitam de atendimento educacional específico. A história do nosso país, em relação a essa faixa etária, frente a esse tipo de atendimento, parece marcada por descasos políticos e sociais. O surgimento de instituições, para proteção e cuidado a essas crianças, deu-se em decorrência do desenvolvimento urbano e industrial e da crescente participação das mulheres na vida econômica das famílias. Com isso, podemos afirmar que a história da Educação Infantil é um fato que está totalmente ligado à sociedade e as famílias. Como afirma Kulmann Junior (2001, p.18):

A história das instituições pré-escolares não é uma sucessão de fatos que se somam mais as interações de tempo, influências e temas, em que o período da elaboração da proposta educacional assistencialista se integra aos outros tempos da história dos homens.

Até metade do século XIX, no Brasil, não existia atendimento a crianças bem pequenas. Somente a partir da segunda metade do século XIX, com o aumento do êxodo rural, junto ao interesse da elite política da época, surge o interesse pela criação do primeiro Jardim de Infância, respaldado por ideias de Froebel, difundidas na Europa. Froebel foi o fundador do primeiro jardim de infância, em 1840, destinado especialmente a crianças com menos de 06 (seis) anos. O propósito desta instituição era de cuidar, orientar e cultivar nas crianças, suas características divinas, por meio de atividades livres, assim como Deus cuida das plantas e natureza. Estes lugares eram para serem entregues somente as mulheres, pois o amor de mãe, que apenas existe nelas, seria capaz de cultivar nas crianças todas as suas habilidades (OLIVEIRA 2014).

Porém, no Brasil, o poder público era contra toda e qualquer iniciativa de criar jardins de infância para as crianças pobres (OLIVEIRA 2005). O legislativo acreditava que os jardins de infância eram de caráter caridoso, e que destinava aos pobres, por isso não devia ser mantido pelo poder público, mas serem de responsabilidade das famílias de favoráveis condições econômicas.

As críticas aos jardins de infância não foram suficientes para impedir sua implementação como modelo de educação para crianças das classes favorecidas.

Assim, no ano de 1875, no Rio de Janeiro, e em 1877, em São Paulo, foram criados os primeiros jardins de infância, sob a responsabilidade das entidades privadas. Somente em 1896 criaram o primeiro jardim de infância público, em São Paulo, BASTOS, 2001, P.32:

Em 1875, instala, juntamente com sua esposa, D. Carlota de Menezes Vieira, um jardim de crianças no Colégio Menezes Vieira, situado na rua dos Inválidos, nº. 26, em um dos melhores bairros da cidade do Rio de Janeiro, com ótimas instalações – um pavilhão hexagonal, especialmente construído no centro do jardim, com ar e luz por quatro janelas. O jardim tem por objetivo servir uma clientela de elite, atendendo a crianças do sexo masculino, de 3 a 6 anos, que se iniciam em atividades relacionadas à ginástica, à pintura, ao desenho, aos exercícios de linguagem e de cálculo, escrita, leitura, história, geografia e religião.

Ao longo do tempo, em decorrência da urbanização e da industrialização em várias partes do país, no início do século XX, as concepções de família e as formas de cuidados sofreram algumas modificações. Logo, em 1919, o governo lançou o Departamento da criança, que defendia um apoio científico as crianças. Neste período começou a se difundir a ideia de que as próprias famílias eram as responsáveis pelas doenças dos seus próprios filhos, e a creche passa a ser vista como medida que possibilitaria crescimento saudável para as crianças, por estarem inseridas em um lugar propício a educação emocional, a bons costumes, e a saúde. “Como eixos principais desta transformação poderíamos apontar que a educação da criança passou a ter um sentido moral em que a preocupação central era os bons comportamentos” (CALDANA, 1995, p. 116).

Outro fator relevante para intensificar o discurso de atendimento as crianças foi o movimento dos operários, bem no início de século XX. As fábricas começaram a contratar imigrantes europeus que chegavam ao Brasil, normalmente os homens, e assim se intensificou a luta pelos direitos dos operários, devido a tão precárias condições de trabalho. Aproveitando toda essa inquietações, as mulheres, que também estavam sendo contratadas pelas fábricas, começaram a lutar pelos seus direitos, o que era prioridade era a criação de locais onde suas crianças ficassem “guardadas” enquanto estavam em seus trabalhos. Segundo Zilma Ramos de Oliveira, 2014, p.20:

As reivindicações operárias foram sendo canalizadas para o estado e atuaram como forma de pressão para que os órgãos governamentais criassem creches, escolas maternas e parque infantis. Além de representar

instrumento de apoio á mulher trabalhadora e vantagem para o empregador
().

Mesmo com todo o crescimento e industrialização do país, os centros urbanos não dispunham de saneamento básico. Assim, as crianças estariam cada vez mais expostas à epidemias e doenças. Com o discurso médico em alta, as creches seriam a melhor solução, e apoio para evitar os desvios de conduta das crianças e jovens. Neste caso, só ocorria um problema: pouco estava sendo questionado ou observado as situações em que se encontravam estes ambientes, pouco menos a questão educacional destes ambientes.

No decorrer do século XX, cada vez mais, as mulheres eram inseridas no mercado de trabalho e, com isso, houve uma procura ainda maior pelas creches, principalmente aquelas que atendessem em período integral, que também passou a ser procurada não só pelas operárias empregadas, mas também por funcionárias públicas e outras trabalhadoras do comércio. “Creches e parques infantis que atendiam crianças em período integral passaram a ser cada vez mais procuradas” (OLIVEIRA, 2005, p.102). Mesmo assim, as instituições não favoreciam e nem ofereciam uma proposta que atendesse e estimulasse o desenvolvimento das crianças.

A década de 60 trouxe mudanças muito significativas para a área da Educação, através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, aprovada em 1961. Esta Lei incluía os jardins de infância e escolas maternais no sistema educacional brasileiro. Mesmo após a homologação dessa Lei, ainda não foi possível o fortalecimento de práticas educativas, permanecendo a ideia dos cuidados com a higiene, a preservação da saúde e, ainda, muitas delas tinham o cunho religioso. Ainda era pouco observada a preocupação com o desenvolvimento intelectual e afetivo das crianças. Ainda nesta década, em 1964, durante o período do governo militar, criou-se a Fundação Nacional do Bem-estar do Menor (FUNABEM), que também tinha a ideia de creche e pré-escola, associada ao atendimento de crianças pobres. Dessa forma, "continuaram a acentuar a ideia de creche, e mesmo pré-escola, como equipamentos de assistência à criança carente" (OLIVEIRA, 2014, p. 22).

O atendimento a crianças em creches, parques e pré-escolas, seria uma forma de tentar superar e camuflar as condições de vida em que aquelas crianças se

encontravam, mesmo que isso não mudasse em nada suas péssimas condições de vida. "Sob o nome educação compensatória, foram elaboradas propostas de trabalho junto às creches e pré-escolas que atendiam a população de baixa renda" (OLIVEIRA, 2014, p. 23). Nelas eram orientadas a introdução de práticas pedagógicas respaldadas em princípios da alfabetização, pois devido a pouca qualidade de vida que essas crianças tinham, também eram associados a elas o fracasso escolar no antigo primário. No entanto, as instituições não aderiram a essa ideia, mantendo o foco no assistencialismo.

O crescimento das mulheres no mercado de trabalho era cada vez maior. Isso ocasionou um aumento de creches e pré-escolas, mais significativo nas redes privadas. Como esse impacto de mulheres no mercado do trabalho atingiu todas as camadas sociais, as mulheres de classe média procuraram, nas instituições, educação adequada para seus filhos, garantido a elas segurança para deixá-los e irem trabalhar. As mesmas começaram a indagar um discurso para que o atendimento nas instituições fugisse da perspectiva dos cuidados com a higiene e proteção e voltassem suas práticas para um trabalho pedagógico. Diante desse discurso, nesse período foi se intensificando a ideia de que o atendimento a crianças de forma assistencialista fosse cada vez menor, e que o padrão educativo englobasse práticas que desenvolvessem aspectos cognitivos, emocionais e de saúde.

Mesmo diante de todos estes novos discursos permaneceram o impasse sobre a educação significativa, compensatória ou assistencialista: o atendimento continuou nas duas ideias norteadoras, sendo que a ideia do trabalho pedagógico ganhou dimensão no atendimento em creches e parques infantis para a classe média. Com isso, assolava ainda mais a desigualdade entre as classes e os benefícios de uma sobre a falta de acesso de outras.

Na década de 70 existiam muitas crianças matriculadas nas pré-escolas, mas o descaso por uma Educação Infantil, nos moldes em que hoje ela se estabelece, ainda persistia. No entanto, muitas instituições já apresentavam, em suas práticas, algumas características pedagógicas. Segundo Souza (2000, p. 17):

O interesse pelo tema cresceu só a partir da década de 1970, quando aumentou o número de estudos e pesquisas que associam desenvolvimento infantil não somente a programas de nutrição e saúde, mas também em teorias educacionais, psicológicas e sociais.

Pode-se considerar que esta década foi um marco para a Educação Infantil no país, visto que, diante de tantas lutas e movimentos, o regime militar ampliou a escola como obrigatória para a população mais pobre.

Diante disso, aumentou a pressão sobre o poder público, que por sua vez aumentou o número de creches e pré-escolas mantidas por esta esfera, como também as creches e pré-escolas particulares com os governos municipais. Mesmo assim, foi insuficiente o número de vagas para a quantidade de crianças que careciam do atendimento. Isso levou o poder público a adotar outro tipo de atendimento as crianças pequenas. Eram as "mães crecheiras" os "lares vicinais", "creches domiciliares" ou "creches lares". Era um tipo de programa assistencialista de baixo custo, considerado inadequado devido a forma com que era realizado. Também houve o aumento de creches comunitárias, algumas delas executavam um trabalho pedagógico, onde tentava resgatar a cultura nas quais elas eram inseridas (OLIVEIRA 2005).

A década de 80 foi um período de grande mobilização em relação aos direitos das crianças, na qual ela passa a ser vista como um sujeito de direitos e deixa a visão de sujeito de tutela. Discussões entre pesquisadores e psicólogos surgiram acerca da importância da Educação nos primeiros anos de vida, saindo da concepção que a educação infantil era somente assistencialista e articulando para a concepção do cuidar e educar, indo para o campo da Educação. Como afirma OLIVEIRA, (2014, p. 25):

Rompe com as concepções de creche e pré-escola como instituições meramente assistencialistas ou compensatórias, propondo para as mesmas uma função pedagógica que enfatiza, o desenvolvimento linguístico e cognitivo das crianças.

Com a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), pela primeira vez a Educação Infantil brasileira ganha o direito à entrada em creches de crianças de 0 a 06 anos, como um dever do estado para ser cumprido nos sistemas de ensino. Segundo Sousa (2000, p.48) "é indiscutível que esta constituição, na medida em que ampliaram direitos, dá a crianças escola, responsabiliza-se também pelo atendimento e democratização da Educação Infantil".

A Educação Infantil passa a ter a função social de educar e cuidar, em complemento à educação familiar, e a criança como um sujeito que manterá

relações afetivas em um espaço com o convívio coletivo. Cuidar para que as necessidades básicas das crianças sejam atendidas e educar para que elas criem possibilidades de aprendizados significantes e descobertas.

O Estatuto da Criança e Adolescente – ECA (BRASIL, 1990), que teve sua promulgação no ano de 1990 veio reafirmar os direitos das crianças, contemplada pela Constituição, passando a também ser considerado um marco legal para a proteção integral da criança e do adolescente.

Após a promulgação da Constituição Federal de 1988, se instala um debate pela câmara dos deputados e do senado, acerca de uma lei que norteasse a educação nacional. Com isso, em 1996, foi aprovada a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96), que colocou a Educação Infantil como etapa inicial do sistema de ensino brasileiro. Com isso, passa a haver maiores exigências para a formação de docentes para este nível da educação. Com a homologação da Constituição Federal (1988) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) surgem inúmeros debates acerca de como repensar o modelo de educação em caráter pedagógico, que os docentes iriam conduzir para as instituições de 0 a 06 anos*. Com isso (OLIVEIRA, 2014 p.26) afirma que "é necessário à reflexão de redes de ensino e unidades educacionais em torno de questões curriculares".

Por todo este caminho que a Educação Infantil tem perpassado nas últimas décadas, é importante ressaltar que ainda se busca mais conquistas para ela, como políticas sociais para garantir o acesso da todas as crianças na Educação Infantil. Dados Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/ IBGE) (2009) aprontam que apenas 18% das crianças brasileiras de 0 a 03 anos estão sendo atendidas nas creches. Isso indica que há desafios a serem vencidos, para que assim todos usufruam de uma Educação Infantil de qualidade, com todos os seus direitos garantidos.

3. DOCUMENTOS OFICIAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL

* Devido a criação da lei que estabelece a inserção de crianças de 6 anos no ensino fundamental LDB (11 274\2009) através da emenda constitucional nº 59\2009 a Educação Infantil passa a atender crianças de até 05 anos de idade.

A partir da Constituição Federal de 1988, foi se expandindo o atendimento educacional a crianças entre 0 e 6 anos, apesar de que, por si só, ela causou grande impacto nos avanços da Educação Infantil, mas ainda é necessário que haja instrumentos que articulem e direcionem o trabalho que será realizado por essa etapa. Neste sentido é que se impõem os documentos que seguem.

Foi a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) que reconhece e legitima esta questão. Foi a partir da promulgação dela que outros documentos foram criados, no sentido de orientar práticas educativas. A mesma, no capítulo II, da seção II Da Educação Infantil, no artigo 29 afirma que:

A Educação Infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento da criança de até 05 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (BRASIL, 1996).

Dessa forma, a Educação Infantil deve ser oferecida em creches, para crianças de 0 a 3 anos, em pré-escolas para crianças de 04 (quatro) e 05 (cinco) anos de idade, com carga horária anual de 800 horas (oitocentas horas), distribuídas em 200 dias letivos de aula, com carga horária diária de 04 (quatro) horas para o atendimento parcial e de 07 (sete) horas para o atendimento integral. A avaliação deve ocorrer mediante o acompanhamento ao desenvolvimento das crianças, não sendo permitido o uso dessas para a promoção, mesmo que seja para a inclusão no Ensino Fundamental (BRASIL, 1996).

Dentre os documentos oficiais e legais direcionados à Educação Infantil, que servem de norte para suas práticas curriculares e pedagógicas, bem como à orientação do trabalho docente, destacamos: o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil – RCNEI (BRASIL, 1998); as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – DCNEI (BRASIL, 1999; 2009); o documento, Práticas Cotidianas na Educação Infantil: bases para a reflexão sobre orientações curriculares (BRASIL, 2009); e a Base Nacional Comum Curricular – BNCC (BRASIL, 2017), documento que define orientações para organização curricular desta etapa básica e explicita os direitos de aprendizagem de todas as crianças, da Educação Infantil ao Ensino Fundamental.

3.1 REFERENCIAL CURRICULAR PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL (RCNEI)

O RCNEI* é uma coletânea de 03 volumes, elaborado pelo Ministério da Educação, com o objetivo de orientar práticas curriculares e pedagógicas de creches e de pré-escolas. O primeiro volume, volume introdutório, tem o propósito de orientar como também programar práticas pedagógicas para que possam promover e ampliar condições de cidadania para todas as crianças brasileiras. Sua função principal é:

Contribuir com as políticas e programas de Educação Infantil, socializando informações, discussões e pesquisas, subsidiando o trabalho educativo de técnicos, professores e demais profissionais da Educação Infantil e apoiando os sistemas de ensino estaduais e municipais (BRASIL, 1998, p.15).

É necessário considerar todas as especificidades desta faixa etária, envolvendo todos os aspectos, sejam eles emocionais, sociais, afetivos e cognitivos. Com o intuito que seja possível contribuir com o exercício da cidadania, levando em conta todos os direitos das crianças. Vale ressaltar que todas essas propostas são de âmbito nacional, nesse caso é preciso respeitar e considerar a pluralidade de cada sujeito.

Portanto, “este referencial é uma proposta aberta, flexível e não obrigatória” (BRASIL, 1998, p.16). No nosso entendimento, o uso deste referencial só teria eficiência, se os sujeitos envolvidos pudessem ter incorporado em suas reflexões e em seus redimensionamentos do fazer pedagógico nas instituições escolares, para que, por meio dele, pudesse se buscar alguma melhoria na qualidade da Educação Infantil.

O segundo volume deste documento trata da Formação Pessoal e Social, tendo o propósito de favorecer experiências que levem à construção do sujeito social e emocional, enfatizando o eixo de trabalho: “identidade e autonomia”, apresentando as bases de um trabalho que vise à construção da autonomia e identidade, por cada criança. “Nos atos cotidianos e em atividades sistematizadas, o que se recomenda é a atenção permanente a questão da independência e autonomia” (BRASIL, 1998, p. 40).

O terceiro volume trata do conhecimento de mundo, o qual é composto pelos seguintes eixos de trabalho: movimento, artes visuais, música, linguagem oral e

* Este documento não é mais distribuído pelo Ministério da Educação, mas representou bases de orientação curricular e pedagógica para a Educação Infantil. Sendo consultado por um longo período por docentes e profissionais que atuam neste nível de atendimento.

escrita, natureza e sociedade e matemática. Esses são voltados para ideias práticas, nas quais os professores devem organizar suas atividades de forma lúdica, que aperfeiçoe as capacidades individuais de cada criança.

3.2 AS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL (DCNEI)

Em 1999, a Câmara de Educação Básica (CEB) do Conselho Nacional da Educação (CNE) instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI). Um documento que enfatizava princípios éticos, políticos e estéticos, que seriam norteadores para a organização do currículo da Educação Infantil. Nela também é possível encontrar aspectos que afirmam que as instituições especializadas em Educação Infantil eram autônomas na execução e organização de suas práticas.

Após 10 anos da resolução da primeira versão da (DCNEI) foi afirmada a importância do documento. Assim, em 2009, foram elaboradas as novas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEI), documento normativo, apresentam orientações de como se pensar e atuar junto às crianças, para que seja possível o processo de desenvolvimento e aprendizagem, através de ações docentes, espaços e ambientes planejados. Em seu artigo 4º, essas Diretrizes definem a criança como “sujeito histórico e de direitos, que interage, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona, e constrói sentido sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura” (BRASIL, 2009).

As DCNEI foram elaboradas a partir de ampla discussão entre educadores, movimentos sociais, pesquisadores e professores universitários, com base em pesquisas e estudos existentes, suficientes para elaboração de propostas pedagógicas que propiciem um trabalho eficiente para se desenvolver com as crianças. Tais propostas devem ser sustentadas na intenção de dar voz às crianças e de possibilitar que elas signifiquem o mundo a partir das suas próprias interações e intervenções.

As Diretrizes trazem como conceito de currículo para a Educação Infantil, um conjunto de práticas pedagógicas que articulem conhecimentos e levem uma compreensão sobre a prática, e que também considerem os saberes das crianças com os conhecimentos que serão produzidos; assim, será possível desenvolver com

todas as crianças as mesmas oportunidades de desenvolvimento e aprendizagem.

As DCNEI orientam que a proposta pedagógica para a Educação Infantil deve considerar suas funções sociopolíticas e pedagógicas, e que nelas ofereçam as condições necessárias para que as crianças tenham seus direitos civis, humanos e sociais garantidos, cumprindo o papel de complementar os cuidados e educação junto com a família. Ademais, possibilitar as crianças uma convivência com os adultos, ampliar seus conhecimentos em diferentes aspectos e contextos, proporcionar a igualdade e as mesmas oportunidades para as crianças de diferentes classes sociais.

As práticas pedagógicas que estão expostas nas DCNEI da Educação Infantil, têm como atividade por excelência as interações e brincadeiras, as quais possam garantir experiências que favorecem as crianças o uso e expressão de múltiplas linguagens, experiências sensoriais, expressivas e corporais, como também momentos de recriação em diversos contextos.

3.3 PRÁTICAS COTIDIANAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Este documento é dirigido diretamente para os professores da Educação Infantil, tem como objetivo central, aperfeiçoar as práticas voltadas para crianças de 0 a 06 anos, como também exemplificar estratégias adequadas para se trabalhar com essas crianças, apresentando subsídios que possam ajudar nas práticas cotidianas. Este foi elaborado a partir de uma consulta realizada com pessoas e instâncias, envolvidas com a Educação Infantil no Brasil, foi executada no ano de 2008. Pode-se até questionar diante do tamanho do Brasil como formar uma ideia que possa favorecer a todos os envolvidos na Educação Infantil.

Sabemos que algumas vozes não foram escutadas diretamente: as das crianças e de suas famílias. Porém, nos artigos, nas dissertações e teses, assim como nas respostas aos questionários, essas vozes puderam se fazer ouvir, na medida em que esses textos acadêmicos costumam partir de observação de situações cotidianas. “Esse texto, portanto, é polifônico” (BRASÍLIA, 2009, p. 7)

Com esses resultados que foram obtidos após o diálogo com alguns envolvidos com a Educação Infantil, vai se construir um caminho para garantir um sistema educacional onde se possam atender todas as demandas, entre os

diferentes grupos sociais, pois a Educação infantil ainda tem muito para percorrer, para construir consensos que sejam integrados a todo o sistema educacional brasileiro. Portanto é responsabilidade da Educação Infantil garantir para as crianças saúde e proteção, como também a liberdade para que elas se expressem, tomem decisões e tenham garantidas as múltiplas linguagens, as quais são direito de cada um.

3.4 BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR - BNCC

Com a homologação da BNCC, a Educação Infantil é integrada ao conjunto da Educação Básica brasileira. A Educação Infantil, sendo o primeiro que vincula o cuidar e o educar, partindo do pressuposto que é impossível separar esses processos. No entanto as creches e pré-escolas tem a função de acolher as crianças, com suas especificidades e conhecimentos que já trazem de casa, articulando e inserindo suas práticas pedagógicas, desenvolvendo as habilidades das crianças, implantando novas aprendizagens, segundo Ayres:

Cumpra a Educação Infantil, enquanto instituição socioeducativa, formadora de indivíduos, delinear para a criança, com carinho e compreensão, porém com clareza, os limites para um adequado relacionamento social, sem perder de vista que a criança é um ser global (AYRES, 2012, p. 19).

Nesta primeira etapa da Educação Básica, as propostas e orientações presentes na BNCC, para a Educação Infantil, garantem 06 (seis) direitos de aprendizagem e desenvolvimento para as crianças. Estes representam possibilidades de aprendizagem e desenvolvimento, pelas crianças, através de contextos e situações em que elas desempenhem um papel significativo e ativo, em ambientes favoráveis para criação de conceitos de si, dos outros e sobre o mundo social e natural. São estes os direitos: **conviver; brincar; participar; explorar; expressar; conhecer-se** (grifo nosso).

O educador devem proporcionar aos educandos experiências que possibilitem conhecer-se. É seu papel, planejar e articular suas práticas pedagógicas, garantindo situações que desenvolvam o conhecimento pleno para todos.

É preciso acompanhar tanto essas práticas quantos as aprendizagens das crianças realizando observação da trajetória de cada criança e de todo o

grupo, suas conquistas, avanços, possibilidades e aprendizagens (BRASIL, 2017, p. 37).

Nos campos de experiências da BNCC para a Educação são definidos os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento, e se consistem em situações reais da vida cotidiana das crianças. Os campos são assim definidos: O eu, o outro e nós; Corpo, gestos e movimentos; Traços, sons e formas; Escuta, fala, pensamento e ligação; espaços, tempos, quantidades, relações e transformações;

A partir de todos esses documentos elaborados para Educação Infantil, é dever das instituições adequar todas essas abordagens para a realidade de cada um, para que assim todos os direitos que estão explícitos nos documentos legais sejam garantidos para todas as crianças.

4. PERSPECTIVAS E PRÁTICAS DE DOCENTES DE INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL: ANÁLISES E RESULTADOS

Para a obtenção de dados para o presente estudo foram aplicados questionários (Apêndice A), como instrumento de coleta de dados, sobre práticas pedagógicas e curriculares da Educação Infantil, a docentes que atuam em instituições públicas, localizadas na cidade de Queimadas - PB. Os questionários foram entregues aos respondentes, 15 professoras, no período de 17\10\2018 a 24\10\2018. Não houve nenhum respondente do sexo masculino, nas duas creches municipais que se dispuseram a responder.

Para realizar a análise dos dados obtidos, considerando que o questionário foi totalmente de perguntas abertas, foi preciso ler todas as respostas. Diante da diversidade de respostas que conseguimos, tentamos captar as respostas, que pudessem se inserir dentro de um mesmo padrão de pensamento, ou seja, que estabelecessem relação entre as respostas. Diante disso, os resultados, apresentados em gráficos, integram discussões cabíveis para cada pergunta.

Nosso instrumento de coleta de dados consistia em duas partes: a primeira, relacionada à identificação do respondente, desde sua identificação nominal (opcional), seu tempo de atuação, até seu nível de formação acadêmica; a segunda, era caracterizada por seis questões abertas.

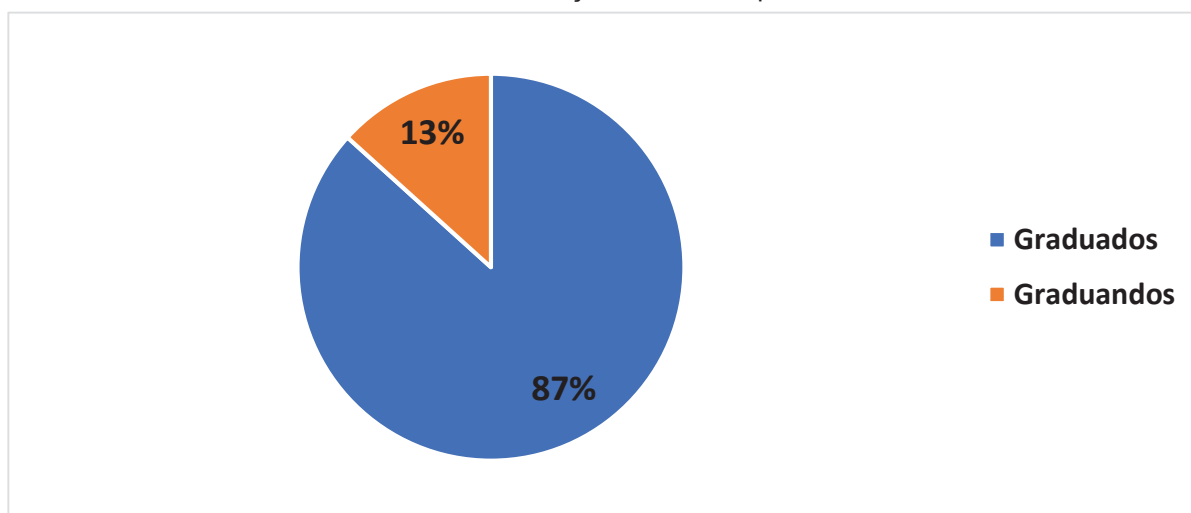
Nestas questões, buscamos sondar dos professores de Educação Infantil, suas perspectivas e práticas curriculares e pedagógicas. As referidas questões foram assim tematizadas: na questão de número um, as concepções de Educação Infantil; na questão dois, acerca de práticas pedagógicas consideradas adequadas para a faixa etária entre 0 a 05 anos, conforme experiência dos docentes; na terceira questão, sobre a rotina pedagógica desenvolvida pela docente; e na quarta, sua consideração sobre o que envolve, além dessa rotina, práticas curriculares para essa etapa básica da educação.

As duas últimas questões, a quinta e a sexta, trazem temas que envolvem a atuação do sistema público de ensino para com a Educação Infantil, do município envolvido: a primeira quanto ao conhecimento e uso, pelos docentes, de documentos oficiais que norteiam práticas pedagógicas e curriculares, nesta etapa da educação; e a última, sobre possíveis dificuldades que os docentes encontram para efetivação dessas práticas, com vistas no desenvolvimento e aprendizagem das crianças. A seguir apresentaremos os gráficos com as respostas aos devidos questionamentos.

Algumas respostas das professoras são expostas nas discussões. Para manter oculta a identidade das mesmas, as falas estão sendo nomeadas por uma letra e um número.

O gráfico 1 informa que 87% dos respondentes são graduados e apenas 13% estão matriculados e cursando o ensino superior.

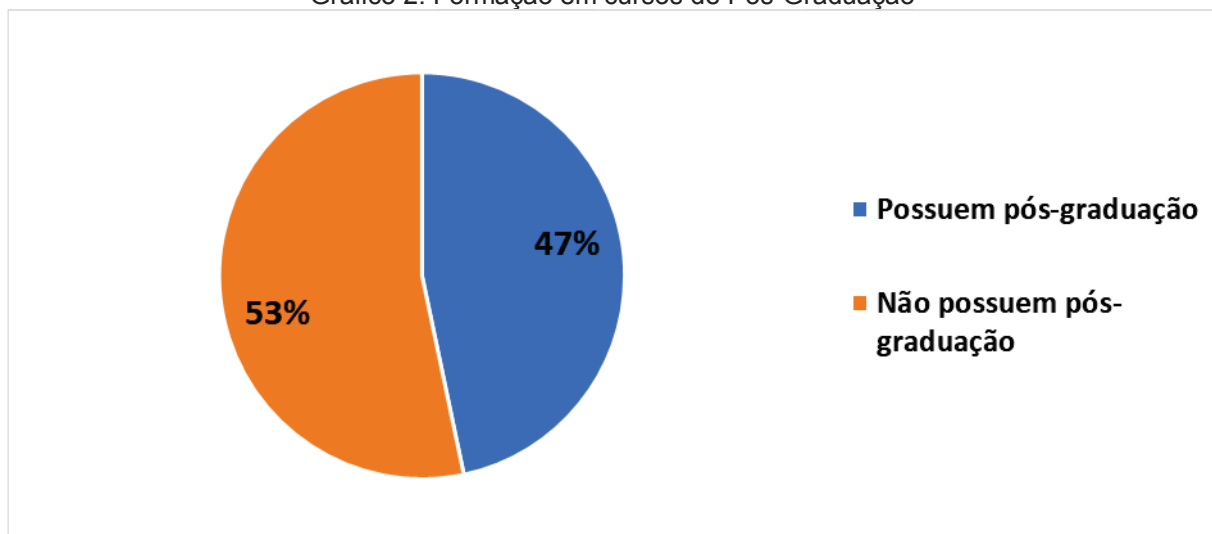
Gráfico 1: Formação em nível superior.



Fonte: Dados da pesquisa (2018)

No gráfico a seguir, pode-se ver que 53% dos participantes não possuem pós-graduação e apenas 47% possuem. Como já foi citado acima por Oliveira (2014) está área da educação vem passando por diversas mudanças. É pertinente que os profissionais comprometidos com está área estejam sempre em busca de aperfeiçoamento e inovações.

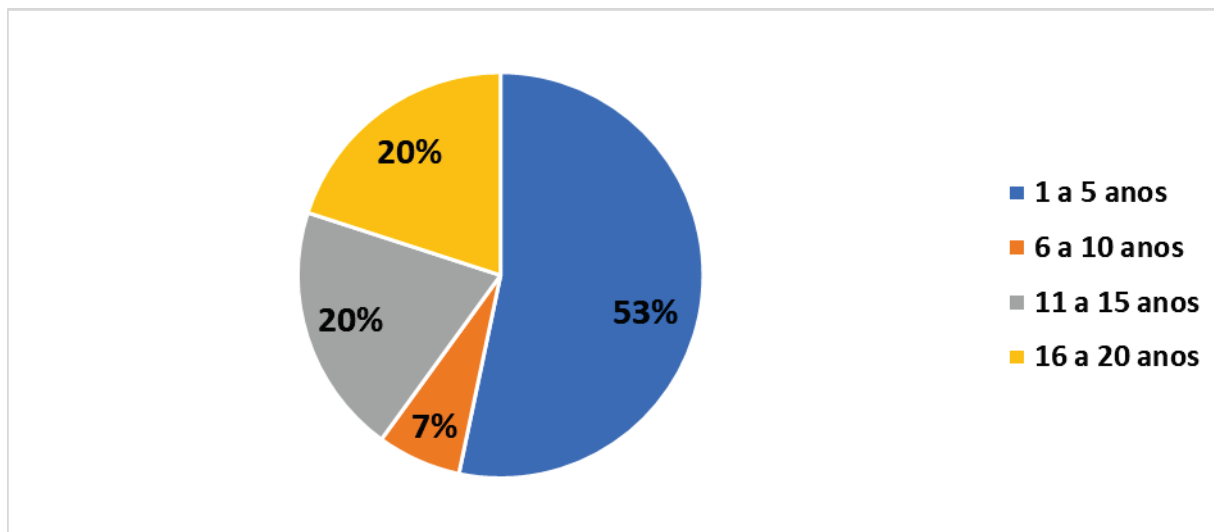
Gráfico 2: Formação em cursos de Pós-Graduação



Fonte: Dados da pesquisa (2018)

O tempo de atuação de docentes está bem diversificado, porém, um dado nos chamou mais atenção. No percentual que nos diz que 20% dos docentes atuam nesta área têm entre 16 e 20 anos de atuação na Educação Infantil. Isso quer dizer que logo assim que ela foi inserida no contexto educacional brasileiro, eles estão atuando nela.

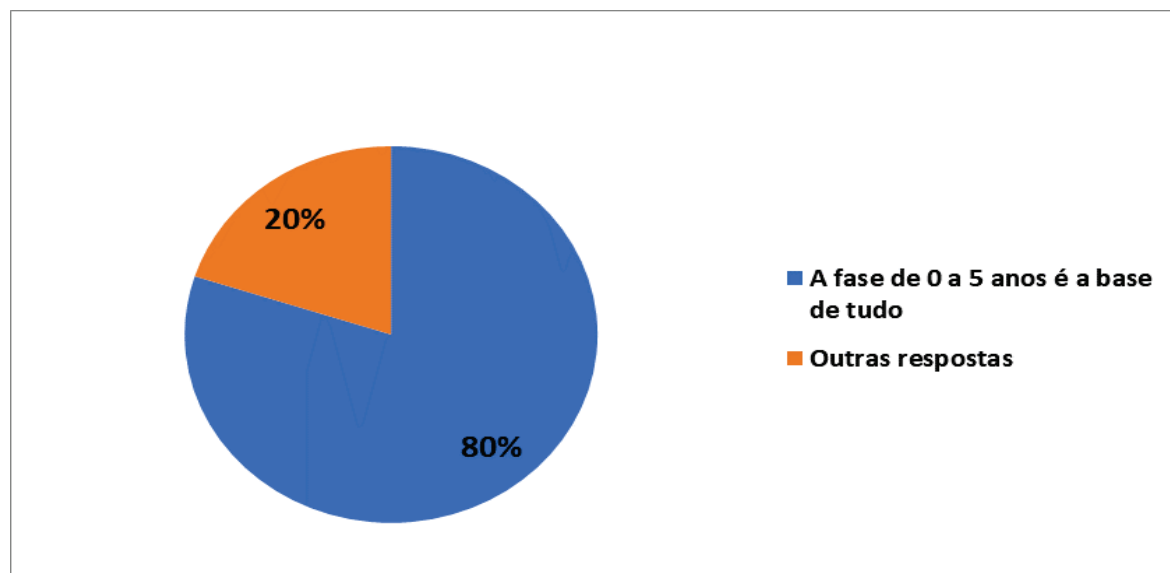
Gráfico 3: Tempo de atuação profissional



Fonte: Dados da pesquisa (2018)

Ao serem indagados sobre a concepção que os docentes têm sobre Educação Infantil, observamos que a maioria dos respondentes atribui importância a esse nível de educação, conforme o gráfico que segue.

Gráfico 4: Concepção de Educação Infantil



Fonte: Dados da pesquisa (2018)

Quando perguntados sobre a concepção que os docentes em questão poderiam ter sobre a Educação Infantil e, sobretudo, na idade compreendida entre 0 e 5 anos, conforme o gráfico 4, nota-se que 80% foram unânimes em afirmar que

esta fase representa a base fundamental de todo processo da educação, evolução e construção ampla do conhecimento que servirá de referência para a vida.

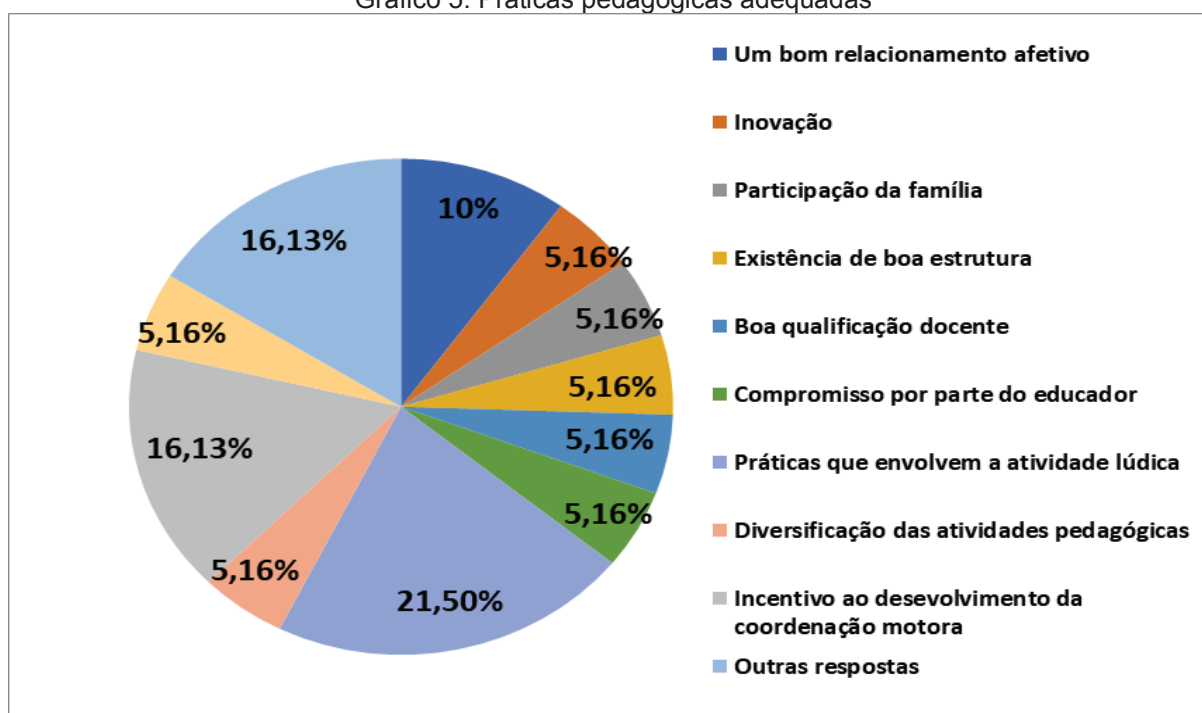
Q5: consta-se que a Educação Infantil é nada mais que a base necessária e fundamental para toda criança.

Q10: considero como uma das etapas mais importantes da educação.

Q12: a Educação Infantil é a base para todos os outros níveis.

Considerando, de acordo com as respostas que a Educação Infantil é o começo fundamental e inicial do processo ensino- aprendizagem, é necessário que as secretarias estruturem as entidades, organizem os espaços no sentido de permitir aos professores os melhores objetivos possíveis na fase compreendida entre 0 e 5 anos da Educação Infantil, para que seja possível uma educação de qualidade que atenda todas as necessidades das crianças, por isso é essencial que os docentes dessa área tenham uma visão ampla acerca de todos os aspectos envolvidos nesse domínio. Como diz FARIA (2007, p.28) “o papel dessas secretarias é a articulação com os diversos setores envolvidos no atendimento a criança pequena, a profissionalização e valorização dos recursos humanos” .

Gráfico 5: Práticas pedagógicas adequadas



Fonte: Dados da pesquisa (2018)

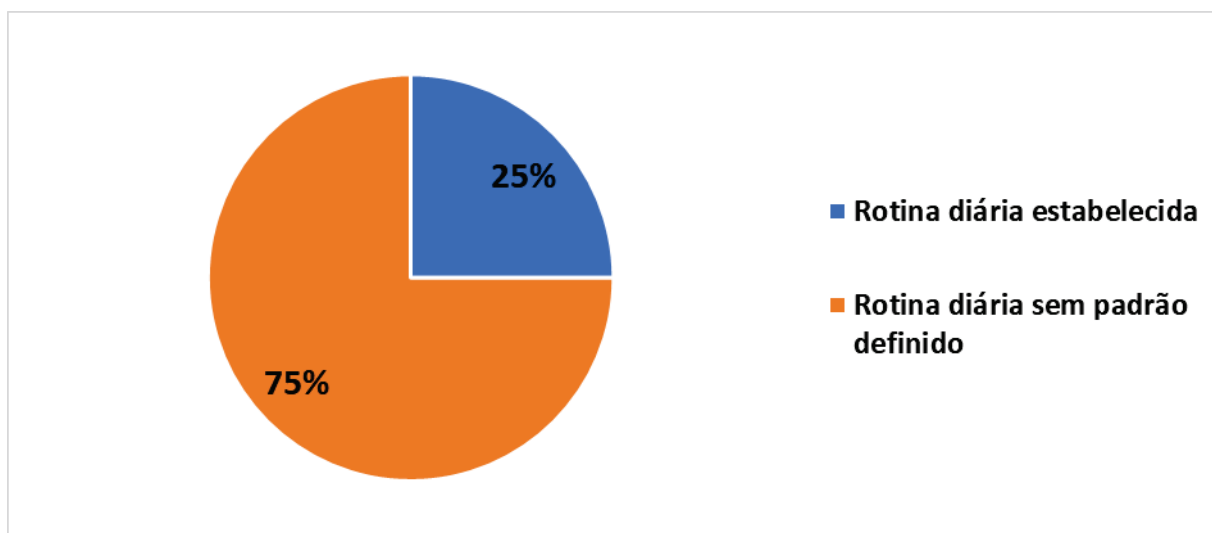
De acordo com os resultados expostos no gráfico 5, observa-se que as práticas pedagógicas adotadas por docentes nessa fase primordial da formação do

ser humano, são bastante diversificadas e inclui uma enorme variabilidade de pensamentos. Conforme o mesmo foi mencionado nove procedimentos como sendo as práticas mais comuns e assim descritos: estabelecimento de uma boa relação entre docente e criança; envolvimento da família no contexto escolar; boa estrutura; qualificação docente adequada; compromisso; introdução permanente do lúdico; diversificação das atividades; incentivo no sentido de aperfeiçoar a coordenação motora e introdução de noções de cidadania.

Para tanto é preciso que o professor conheça a realidade de cada criança, para que sua prática consiga atingir de forma significativa cada um. Oliveira (2014) afirma que “para planejar o trabalho na Educação Infantil é importante conhecer o grupo de crianças, seus interesses, seu desenvolvimento, o grau de autonomia que elas têm para resolver problemas diversos” (OLIVEIRA, 2014, p. 38).

Dentre as respostas que constam no gráfico 5, destacamos que a maior porcentagem de respostas obtidas pelos questionados, quando indagados sobre as práticas pedagógicas possíveis e adotadas, foi para a introdução das atividades lúdicas (21,5%). De fato, sabe-se que nesta fase, é primordial uma prática que proporcione momentos de brincadeiras. Como já apontava os RCNEI “é no ato de brincar que a criança estabelece os diferentes vínculos entre as características do papel assumido, suas competências e as relações que possuem com outros papéis” (BRASIL 1998. P 27). As DCNEI também afirmam que as propostas pedagógicas estabelecidas nas instituições de Educação Infantil estão pautadas em garantir para as crianças momentos de brincadeiras e interações com outras crianças. A brincadeira tem que ser atividade por excelência da Educação Infantil, pois com ela é possível aprender, criar, inventar através de exercícios lúdicos espontâneos e com liberdade segundo Brasil (2009, p. 72) “as crianças aprendem a construir sua cultura lúdica brincando”.

Gráfico 6: Rotina pedagógica desenvolvida



Fonte: Dados da pesquisa (2018)

Conforme o gráfico 6, quando indagados sobre a rotina pedagógica da sua turma de atuação e como ela se apresenta apenas 25% das respostas apontam uma rotina diária estabelecida vejamos:

Q1: A nossa rotina se inicia com a acolhida das crianças, café da manhã, roda de conversa e atividade, banho, almoço e soninho.

Q6: Nossa rotina consiste em acolhida, café da manhã, conversa sobre as atividades na sala e no parque, banho, almoço e soninho.

Já 75% apresentaram respostas muito diversificadas e sem nenhuma relação com a sugestão proposta. É provável que esse fato tenha ocorrido em virtude de menor compreensão contextual a respeito da pergunta em análise. Vejamos alguns trechos de respostas:

Q2: Se apresenta em fase de desenvolvimento na qual, todos os dias eles vão aprendendo cada vez mais.

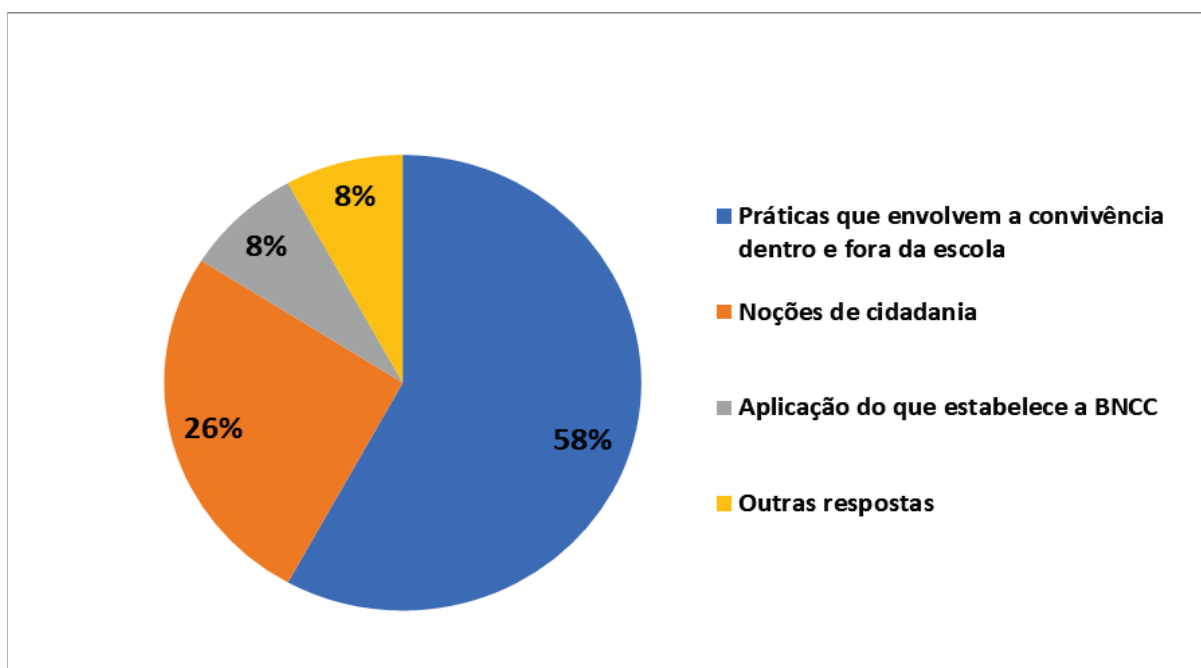
Q5: Minhas crianças estão em processo de desenvolvimento contínuo.

Q8: É Uma rotina pedagógica na qual as crianças conseguem desenvolver.

Como podemos observar diante destas três respostas apresentadas nenhum dos respondentes mostra de forma explícita como está organizada sua rotina pedagógica e como ela é desenvolvida. Pois é fundamental que cada professor planeje seu trabalho de forma adequada para a turma, com estratégias a serem adotadas em cotidiano, de forma diversificada e que proporcione aprendizagens significativas. Segundo FARIA “é muito importante que cada instituição organize a estrutura da sua proposta pedagógica” (2007, p.29).

Como afirma AYRES “as estratégias adotadas se articulam em atividades lúdico- pedagógicas intencionais, em momentos de ações livres ou direcionadas na busca do desenvolvimento global” (2012, p.41).

Gráfico 7: Rotina pedagógica e outros componentes de práticas pedagógicas e curriculares

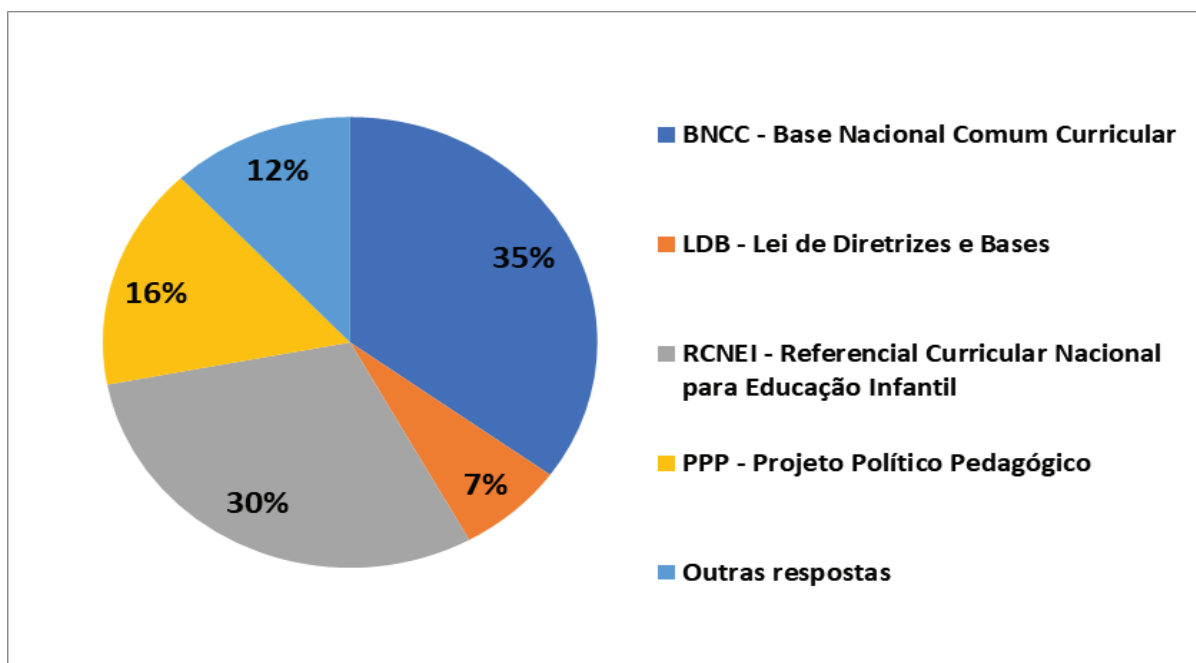


Fonte: Dados da pesquisa (2018)

Quando perguntados sobre além das suas práticas docentes, o que eles consideravam práticas curriculares da Educação Infantil, a maioria destacou as práticas que envolvem convivência dentro e fora da escola como uma prática curricular a BNCC já afirma que “Também é importante destacar o reconhecimento da Educação Infantil como complemento da educação familiar, articulando vivências e conhecimentos construídos pelas crianças já no ambiente que convive com a família”. (BRASIL, 2017, p. 39),

Para 26% as respostas foram unânimes em afirmar que é de fundamental relevância a introdução dos conceitos de cidadania para que a criança possa estabelecer um convívio adequado com as necessidades do mundo em que vivemos. Para 8%, as sugestões pré-estabelecidas pela BNCC são suficientes e 8% das respostas não foram objetivas o suficiente para que fosse possível fazer uma análise delas.

Gráfico 8: Documentos oficiais de referência



Fonte: Dados da pesquisa (2018)

Quando perguntados sobre documentos oficiais ou não, adotados para nortear ou instruir as atividades nesse nível de educação (0-5 anos), 35% responderam que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é o documento oficial mais consistente para orientação das tomadas de decisões. Segundo o Ministério da Educação, “a Base Nacional Comum Curricular é o documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver” (BRASIL, 2017, p. 8).

Um percentual de 30% (Gráfico 8), considera que o RCNEI, que é o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil, é um bom norteador para a aplicabilidade das atividades na Educação Infantil, porém como já foi dito anteriormente este não é mais utilizado como documento norteador pelo Ministério da Educação, mas é cabível afirmar diante dos resultados obtidos que alguns professores ainda se utilizam dele para nortear suas práticas pedagógicas.

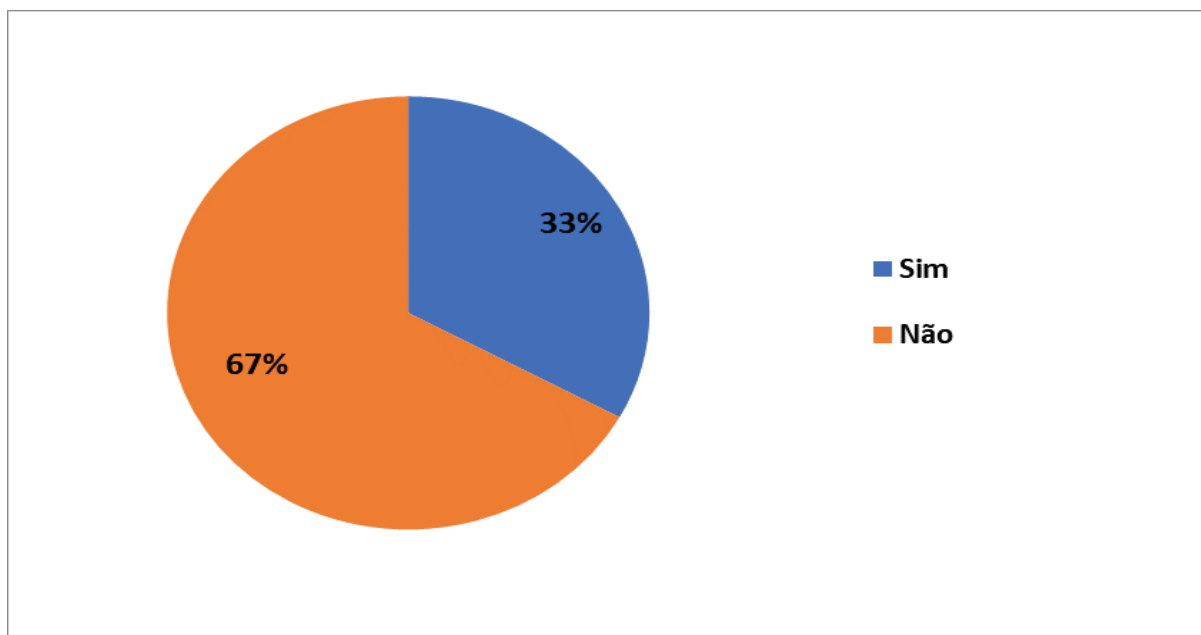
Projeto Político pedagógico (PPP)* é apontado por 16% dos participantes como sendo um documento oficial da Educação. Neste caso pode-se afirmar que houve um equívoco por parte dos mesmos em achar que este é um documento

* É um documento que deve ser elaborado pela instituição de ensino para orientar os trabalhos durante o ano letivo. O mesmo deve possibilitar aos membros da escola uma tomada de consciência dos problemas e das possíveis soluções.

oficial da Educação e que ele contempla práticas curriculares para este nível de educação.

O que deve ser relevante é considerar que 93% dos entrevistados apresentam um ou outro documento como importante referência para suas atividades pedagógicas no âmbito da escola no seu cotidiano.

Gráfico 9: Dificuldade para introdução das práticas pedagógicas



Fonte: Dados da pesquisa (2018)

As dificuldades para introdução das atividades relativas às práticas escolares no município avaliado são apontadas por 33% dos participantes. As razões são muito heterogêneas e alheias muitas das vezes, ao seu conhecimento. Em contrapartida, 67% consideram que o município oferece as melhores condições possíveis e permite, portanto, a introdução de práticas pedagógicas satisfatórias capazes de atender às necessidades em sua amplitude.

Diante de tudo que foi analisado consta-se que todos os professores envolvidos nesta pesquisa consideram que a Educação Infantil é a fase fundamental para o processo de aprendizagens das crianças e que todos utilizam de documentos norteadores para que possam desenvolver suas práticas de forma adequada para este nível, que o município oferece subsídios para um bom desenvolvimento pedagógico.

Porem ainda é preciso uma articulação maior acerca das práticas pedagógicas desenvolvidas nas instituições. É preciso que os professores reflitam

sobre seus fazeres cotidianos, e qual está sendo sua intencionalidade para cada sujeito, para tentar eliminar práticas inadequadas para o nível. Segundo OLIVEIRA “neste momento da vida elas deverão construir noções de responsabilidade, os limites e funcionamento da regra, o princípio moral e os primeiros desafios da ética e valores” (2014, p.158).

5 CONCLUSÃO

Este estudo tem como objetivo principal discutir sobre as práticas curriculares e pedagógicas, na Educação Infantil, desde seu princípio no Brasil até os dias atuais a partir de concepções e experiências de docentes que atuam neste nível de educação, na esfera pública de ensino.

Com todo o processo que a Educação Infantil passou no decorrer das décadas, pode-se dizer que ela se tornou a fase mais importante na formação das crianças, tendo a Educação Infantil cada vez mais responsabilidades e bastante cautela, visto que, precisa desenvolver práticas que possibilitem o desenvolvimento dos aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivos-linguísticos e sociais das crianças. E que também sejam adotadas estratégias que desenvolvam atividades lúdicas pedagógicas, sejam elas livres ou direcionadas, com o intuito do desenvolvimento global de cada criança.

Cada criança tem seu tempo de aprendizagem, elas são únicas, cheias de especificidades, que necessita de estímulos para que seja e de convivência com outros. É preciso pensar em cada criança, de que forma será passado cada estímulo para cada um.

É dever de cada município programar suas ações, tomando por práticas consistentes, utilizando os documentos legais como forma de complementar suas práticas de forma eficiente.

Reconstruir toda essa trajetória pela qual perpassou a Educação Infantil, nos remete diretamente a avanços, mas também a retrocessos. Fazendo uma menção aos resultados obtidos na pesquisa, ainda há contradições quando nos referimos à Educação Infantil, suas práticas e seus documentos norteadores. É possível enxergar visivelmente nos resultados obtidos.

Vejam os que para a grande maioria dos participantes da pesquisa a Educação Infantil na idade compreendida entre os 0 e 5 anos é a base de todo processo de educação, evolução e construção ampla, do conhecimento que servirá de referência para a vida. Um bom relacionamento afetivo; envolvimento da família; condições estruturais; qualificação docente adequada; compromisso, inovação; aperfeiçoamento da coordenação motora; noções de cidadania e introdução permanente de atividades lúdicas, principalmente; todos que estamos envolvidos com esse nível de educação, juntos, somos os responsáveis pelos bons resultados no que se refere ao desenvolvimento e construção do conhecimento para esta idade de 0 a 5 anos.

As atividades relativas fora da escola, ou seja, no âmbito da família e em torno de todas outras formas de convivência interpessoal, é de fundamental relevância para que a criança possa se desenvolver com cidadania. Para isso todos os respondentes adotam sempre como referência ou orientação de sua atividade, documentos oficiais ou não que possam nortear as práticas pedagógicas. Para a maioria, o município oferece condições adequadas para o cumprimento e obtenção de melhores resultados.

Entendo que diante de tudo que a Educação Infantil avançou, é necessário que cada professor, estude e se inteire do que manda o currículo para Educação Infantil, sistematize suas práticas, para que realize um trabalho relevante, que consiga atender todas as especificidades de cada sujeito envolvido.

CONCEPTIONS AND PRACTICES OF CHILDREN EDUCATION: PERSPECTIVES OF TEACHERS OF PUBLIC INSTITUTIONS

BEZERRA, Maria Isabel da Silva¹

ABSTRACT

The present work aims to discuss the development of curricular and pedagogical practices in Early Childhood Education, based on the conceptions and experiences of teachers who work at this level of education in the public sphere of education. The study presents a brief historical approach to Early Childhood Education, through studies carried out by Kulmann (2001), Oliveira (2014), Oliveira (2005), Souza (2000), among others, and documents disseminated by the Ministry of Education, which serve as a guide to these practices, such as BRAZIL (1996, 1998, 2009). Early Childhood Education, considered the basic stage of the school education process, plays an effective social and political role, and it is considered the entry of children up to the age of 05 into the school universe. The study can be considered qualitative-quantitative, involving fifteen (15) teachers who work in the public network of the municipality of Queimadas - PB. Data were collected through a questionnaire, with open questions. They show, among other things, the curricular practices and conceptions about Early Childhood Education of the teachers of this municipality, pointing out that everyone considers this level as the most important phase for education and that their practices have to play as an activity that enables the development and learning. We conclude that each child is a unique subject and that each teacher needs to know their particularities so that it is possible to provide meaningful and equal learning for all.

Palavras-chave: Conceptions of Teachers. Child education. Pedagogical and Curricular Practices.

¹ Undergraduate student of the Degree in Pedagogy of the State University of Paraíba – Campus I
. Email: isabelsillva11@gmail.com

REFERÊNCIAS

AYRES, Sonia Nunes, **Educação Infantil: teorias e práticas para uma proposta pedagógica**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BASTOS, Maria Helena Câmara. Jardim de Crianças – o pioneirismo do Dr. Menezes Vieira (1875-1887). IN: MONARCHA. C. **Educação da infância brasileira 1875 – 1983**. Campinas: Autores Associados, 2001.

BRASIL. **Estatuto da criança e do Adolescente. Brasília. Lei 8069**, 13 de julho 1990. Constituição e Legislação relacionada. São Paulo. Cortez.

BRASIL. **Conselho Nacional de Educação**. Resolução CNE, CBE nº1\1999. Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 13 de dezembro de 1999.

BRASIL. **Conselho Nacional de Educação**. Resolução CNE, CBE nº 5\2009. Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 18 de dezembro de 2009.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Práticas Cotidianas na Educação Infantil-Bases Para a Reflexão Sobre as Orientações Curriculares. Brasília, DF. 2009

BRASIL. **Ministério da Educação**. Base Nacional Comum Curricular: Educação é a base. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf. Acesso em: 07 abr. 2017.

CALDANA, Regina. Helena. Lima. **A educação de filhos em camadas médias: transformações no Ideário de pais**. Temas de psicologia. São Paulo: n.1, 1995.

DESLANDES, Suely Ferreira. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**\Suely Ferreira Deslandes, Otavio Cruz Neto, Romeu Gomes: Maria Cecília de Souza Minayo (organizadora): Petrópolis, RJ; Vozes, 1994.

FARIA, Vitória Líbia Barreto de. **Currículo na Educação Infantil: diálogo com os demais com os demais elementos da proposta pedagógica**. São Paulo: Scipione, 2007.

KULHMANN JR, Moyses. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica**. Porto Alegre: Mediações, 2001.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n. 9394 de 20 de dezembro de 1996, Brasília.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

Ministério da Educação e Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, v.1,2 e 3, 1998.

OLIVEIRA, Zilma Morais Ramos. O. **O trabalho do professor na educação Infantil**. 2.ed. São Paulo: Biruta, 2014.

OLIVEIRA, Zilma Morais Ramos. **Educação infantil: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2005.

OLIVEIRA, S. M. L. O. A legislação e as políticas para a educação infantil: avanços, vazios e desvios. In: MACHADO. M. L. A. **Encontros e desencontros em educação infantil**. São Paulo: Cortez, 2002.

SOUSA, Ana. Maria. Costa. **Educação Infantil: uma proposta de gestão municipal**. Campinas: Papyrus, 2000.

Senado Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, Imprensa Oficial, Brasília: 1998.

APÊNDICES

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO: PEDAGOGIA

COMPONENTE CURRICULAR: Trabalho de Conclusão de Curso - TCC
PROFESSORA ORIENTADORA: GLÓRIA M^a LEITÃO DE SOUZA MELO
ALUNA: MARIA ISABEL DA SILVA BEZERRA

QUESTIONÁRIO

Cara Professora

O presente questionário representa um instrumento de coleta de dados de um Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, estudo que irei desenvolver sobre Educação Infantil e suas práticas pedagógicas e curriculares, a partir de concepções que apresentam docentes que atuam neste nível de educação. Portanto, solicito vossa valiosa colaboração, respondendo as questões que seguem.

Ressalto que me coloco à disposição para quaisquer esclarecimentos, e que o estudo será disponibilizado na instituição em que você atua, logo após conclusão e defesa.

I – IDENTIFICAÇÃO:

NOME (Opcional): _____
TURMA DE ATUAÇÃO: _____
TEMPO DE DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: _____
GRADUAÇÃO: _____
PÓS-GRADUAÇÃO: _____

II – QUESTÕES:

1. Qual a sua concepção de Educação Infantil?
2. A partir da sua experiência docente neste nível de educação, como você define uma prática pedagógica de qualidade para crianças de até 05 anos de idade?
3. Considerando a rotina pedagógica da sua turma de atuação, como ela se apresenta?
4. Além da sua prática docente, o que você considera que envolve às práticas curriculares da Educação Infantil?
5. Tomando como referência a realidade da Educação Infantil do seu município, que documentos oficiais, ou outros, são utilizados como norte de práticas pedagógicas e curriculares para este nível de educação?
6. Conforme sua experiência docente, há, em seu município, dificuldades para implementação de práticas pedagógicas e curriculares que efetivamente contribuam para o desenvolvimento e aprendizagem de crianças na Educação Infantil? Se sim, cite algumas.